

Mesa-Redonda

DESARMAR O BRASIL

Terça-feira, 25/7/2023 - das 16h00 às 18h30

Modalidade: Presencial

Coordenadora: Fernanda Antônia da Fonseca Sobral (SBPC/UnB)

Palestrantes: Arthur Trindade Maranhão Costa (UnB), David Marques (FBSP) e Melina Ingrid Risso (Igarapé)

Contatos: Fernanda(fernandafsobral@gmail.com), Arthur(arthur@unb.br), David(dmarques@forumseguranca.org.br), Melina(melina@igarape.org.br)

Auditório Leo Grossmann - Ed. Blocos Didáticos

Resumo da apresentação – David Marques

A edição do Estatuto do Desarmamento em 2003 foi o marco inicial de uma longa política de controle de armas que o Brasil se dispunha a construir. Em que pese as medidas fundamentais trazidas pela Lei 10.826/03 e seus decretos regulamentadores, muito havia a ser feito para a implementação de uma política efetiva de controle de armas no país.

Os mais variados estudos e pesquisas produzidos por universidades, sociedade civil e as diversas CPIs sobre o tema, apontavam uma série de pendências que deviam ser superadas como, por exemplo, a integração dos sistemas de registro de armas do Exército Brasileiro (EB) (Sigma) e da Polícia Federal (PF) (Sinarm), a otimização do fluxo e do controle de estoques de armas apreendidas, e a garantia da marcação de munições em lotes de acordo com o quantitativo previsto em lei. Muito do caminho havia para ser trilhado quando, a partir de 2017, mas com intensificação considerável em 2019, começamos a assistir uma inflexão radical na atuação do governo federal sobre o tema, gerando defasagens quase irrecuperáveis à capacidade de monitoramento e controle desta política.

Boa parte do pouco que existia foi simplesmente desmantelada por meio de um conjunto de atos normativos de constitucionalidade duvidosa e por um discurso político inicialmente pautado pela falsa noção de que armas geram segurança, ilustrada pela abstração fantasiosa da “legítima defesa”, uma interpretação peculiar do conceito de “liberdade” e, desde a fatídica reunião ministerial de abril de 2020, em uma nova chave de cunho político sintetizada na frase “um povo armado jamais será escravizado”.

O resultado de quatro anos de incentivo à compra de armas é um país muito mais armado e com grupos de pressão pró armas organizados e com portas abertas para transitar com absoluta fluidez em altas instâncias na gestão anterior do Governo Federal e no Congresso Nacional. A quantidade de armas de fogo nas mãos de civis e CACs (caçadores, atiradores desportivos e colecionadores) ultrapassou, em muito, a quantidade de armas dos órgãos públicos. Manchetes sobre acidentes e violência de gênero envolvendo armas passaram a fazer parte do cotidiano dos veículos de comunicação com uma intensidade nunca vista no país pior, a facilidade na obtenção de armas de alto poder destrutivo, como fuzis, agora fabricados no Brasil, acelera a obtenção regular de armas e munições que acabam imediatamente desviadas ao crime.

Em síntese, há um conjunto de ingredientes que desconsideram as evidências científicas sobre o impacto de longo prazo que armas de fogo e munições exercem na sociedade brasileira e que preparam o país para um cenário literalmente explosivo. Muito além do discurso político que propagou desinformação e incentivou que os brasileiros se armassem, a gestão anterior no governo federal foi responsável por normas que facilitaram o acesso às armas de fogo, ampliaram a quantidade e os tipos de armas que as pessoas poderiam adquirir, possibilitaram a compra de uma quantidade muito maior de munição e seus insumos para fabricação particular e não controlada, desmantelaram os mecanismos de fiscalização seja pela vertente do rastreamento de armas e munições, seja pela vertente da (tentativa de) fragilização de testes de aptidão técnica ou psicológica.

Nesse cenário, é importante frisar o silêncio do Congresso Nacional nos últimos quatro anos, e a atuação errática do Supremo Tribunal Federal que, contudo, proferiu decisão fundamental para barrar os arroubos normativos do Executivo Federal.

Enquanto isso, o que vimos no Brasil foi exatamente o contrário. Precarização do trabalho de investigação e rastreamento de armas e munições e voz ativa para não deixar que esse tipo de trabalho, que ajuda a solucionar crimes com armas de fogo, avance.

Nesse sentido, chama a atenção a dificuldade de fiscalização dos registros inativos de armas de fogo enfrentada pela Polícia Federal. Sem esta fiscalização não é possível conhecer o paradeiro real de mais de um milhão e meio de armas de fogo que se encontram em situação irregular. O mesmo raciocínio aplica-se às fiscalizações realizadas pelo Exército Brasileiro.

Em 2003, quando o Estatuto do Desarmamento inaugurou a política nacional de controle de armas, o Brasil estava claramente na vanguarda das políticas públicas de redução da violência. Ainda que uma obra em construção, as medidas tomadas pelo Ministério da Justiça e diversas Secretarias de Segurança Pública nos estados ajudaram a reduzir o número de casos envolvendo armas de fogo.

Essa realidade, além de mostrar o desgaste do tempo e sofrer com os duros golpes dos últimos quatro anos também já foi ultrapassada por países que se espelharam no modelo brasileiro, mas hoje desenvolvem políticas mais racionais e efetivas.

Soluções mais modernas, como as vistas em outros países sul-americanos, mostram que o Brasil pode avançar rápido se quiser voltar a ter controle sobre a circulação de armas e munições no país. Por fim, é bom lembrar que os estudos mostram que em um país de relações violentas como o Brasil, armas são catalizadores do efeito morte, escalonando situações do dia a dia em direção a desfechos fatais. Fica cada vez mais claro que a obsessão em liberar armas a qualquer custo promovida pela gestão anterior do governo federal nos últimos anos atende somente a uma ínfima parcela da população e, talvez, a um propósito político torto. As pesquisas de opinião têm recorrentemente mostrado que o brasileiro não quer armas, quer ter segurança. O que mostra a importância e a oportunidade da retomada de uma política responsável de controle de armas, que tem sido buscada pela atual gestão no governo federal. O decreto de janeiro oportunizou um freio de arrumação para o mercado nacional de armas de fogo, ao congelar temporariamente suas operações. Posteriormente, a instituição de Grupo de Trabalho no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública realizou escuta atenta dos

diversos segmentos sociais interessados na temática. Agora, cabe conhecer o novo marco normativo federal que regerá a fase da política de armamentos e munições que se inicia. O melhor regramento das categorias com acesso privilegiado a armas, os chamados CACs, sua gestão não mais pelo Exército, mas, sim, pela Polícia Federal, maiores investimentos nesta instituição para que possa modernizar de forma ágil seus sistemas e bancos de dados e ampliar as ações de fiscalização, além da reclassificação de certos calibres, como 9mm e .40, à lista de calibres restritos, são mudanças esperadas nesse novo cenário.